



PIBIC/CNPq/UFPG-2009

## O AVESSE DO SILÊNCIO: OS LUGARES DA ESCRITA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO.

Janice Correa da Silva<sup>1</sup>, Osmar Luiz da Silva Filho<sup>2</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa objetiva promover a descoberta e a visibilidade das fontes históricas do Alto Sertão Paraibano, descrevendo-as em suas características básicas, catalogando-as e propondo um estudo antecipado das mesmas, lançando as bases para a prospecção, a informação e o intercâmbio dos pesquisadores.

Palavras-chave: Escrita, Memória, Cultura.

## THE INVERSE OF SILENCE: THE PLACES OF THE WRITING IN HIGH HINTERLAND PARAIBANO.

### ABSTRACT

This objective research to promote the discovery and the visibility of the historical sources of the High Paraibano Hinterland, describing them in its basic characteristics, cataloguing them and considering an anticipated study of the same ones, launching the bases for the prospection, the information and the interchange of the researchers.

Keywords: Writing, Memory, Culture.

### INTRODUÇÃO

Quais as fontes históricas do Alto Sertão Paraibano e de que maneira explicitam os seus textos básicos e fornecem os seus textos de cultura? Quais os seus lugares? De que forma buscar essas vozes dispersas na escrita? Num campo mais vasto e mais articulado, que tipo de pesquisa poderemos construir com essas fontes?

Quando da apresentação de nossa proposta de pesquisa ao PIBIC 2008/2009 expusemos essas perguntas, compondo *nossa problemática*, à luz de desafios bem específicos, advindos das lições do enfrentamento em nosso contexto de trabalho profissional, onde ocorre a ausência de Núcleos ou Setores de Documentação; ausência de materiais de pesquisa e de investigação acadêmica. Nesse sentido, partilhamos com os historiadores um problema em comum: o de agrupar, simultaneamente, intenções de pesquisa e possibilidades de investigação histórica no Alto Sertão Paraibano, ao tempo em que tínhamos o propósito de eleger valores para a investigação histórica, de uma forma moderada e, ao mesmo tempo, de uma forma extrema, para combater um mal que nos afligia em particular: *a ausência de fontes*.

---

<sup>1</sup> Aluna do Curso de História, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, UFPG, Cajazeiras-PB, E-mail: [correa.janice@yahoo.com.br](mailto:correa.janice@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Professor Associado I do Curso de História do Centro de Formação de Professores, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Campus de Cajazeiras, UFPG, E-mail: [osmarsf@uol.com.br](mailto:osmarsf@uol.com.br)

Um ano depois, momento em que apresentamos este Relatório, temos a considerar que a pertinência e a eficácia dessa problemática e sua conseqüente operacionalização nos levou a identificar textos riquíssimos para a pesquisa histórica no recorte espacial especificado na pesquisa, uma vez que: primeiramente, nossas escolhas nos orientaram para um diálogo inicial com as fontes; em segundo lugar, temos a considerar que o enfrentamento empírico com textos documentais como os “inventários” nos fizeram superar o desafio de pôr em prática uma operação mais trabalhosa a ser processada em função da existência desses achados, envolvendo a identificação, o estudo prévio e o escaneamento de imagens com a extensiva disponibilidade das mesmas, em página eletrônica, ao pesquisador (visite [www.oavessodosilencio.com](http://www.oavessodosilencio.com)) democratizando os materiais e seus usos; em terceiro lugar, reduzimos a complexidade de uma realidade bem dispersa, apresentando os documentos situados em seus lugares físicos bem como as potencialidades de seus textos, exercendo o garimpo e o manejo de todas essas fontes, de seus gêneros e seus textos básicos, para o conhecimento de um público interessado na construção da pesquisa em história.

Somado a outros projetos congêneres na Paraíba, que têm atuado como programa de memória e documentação, nosso projeto convida-nos a pensar sobre a produção do conhecimento histórico pela consideração da presença das fontes como nos chama atenção historiadores como Raymond Aron, quando afirma:

“todos nosotros hombres de una sociedad existente em la actualidad, conservamos em torno nuestro huellas de lo que há sido; conservamos lo que llamaremos documentos o monumentos a partir de los cuales podemos más o menos reconstituir lo que ha vivido quienes nos precedieron. (...) Insisto um poco em esta fórmula simple, pues não se trata de la reconstituición em abstracto, sino la reconstituición de um pasado situado em el espacio y em el tiempo.” (ARON, 1996, p.108).

A postura lúcida de Raymond Aron nos remete, em igual medida, à prática historiográfica de historiadores como Evaldo Cabral de Mello (2003), por exemplo, que descobriu o caráter conflituoso das fontes narrativas existentes nas fontes administrativas, vale dizer, na correspondência das autoridades locais de Recife e Olinda durante as sublevações pernambucanas de 1711, como também no meio século que a precedeu. Na compulsão dessas fontes, o historiador descobriu documentação inexplorada contida nos códices da coleção Conde dos Arcos, pertencente ao Arquivo da Universidade de Coimbra. Sobre o valor das questões que estão presentes nas fontes e a importância de se problematizar também *a partir destas*, Evaldo Cabral de Mello assim se expressa: “*bem se poderia dizer que os historiadores preferem falar de documentos, deixando a outros o cuidado de descobrir o sentido da história.*” (MELLO, 2003, p.17)

Questões visceralmente ligadas também estão sendo anunciadas nos materiais que estamos pesquisando. Na tomada de nossa pesquisa das fontes diante dos inventários detectamos aspectos ligados à cultura material das coletividades sertanejas da Capitania da Parahyba do Norte, como as que mencionam os valores dos bens de raiz, semoventes, móveis e imóveis; dívidas ativas e passivas bem como o patrimônio adquirido pelos atores sociais ao longo de três gerações.

Enfim, ao darmos, nesta introdução, uma idéia geral das atividades desenvolvidas em nosso trabalho, considerada nossa motivação, diríamos que conseguimos **operacionalizar alguns objetivos específicos** como o de promover a descoberta e a visibilidade dos textos contidos nas fontes; descrever as fontes em suas características básicas; dispor informações sobre os documentos históricos para a utilização do pesquisador; propor um estudo antecipado das mesmas para dirimir possíveis inviabilidades teóricas e práticas; identificar as relações das fontes descobertas com as teorias que se vão propor; assentar as bases empíricas para a pesquisa histórica no Alto Sertão Paraibano e, por fim, divulgar por meio eletrônico os resultados obtidos.

Nesse sentido, filiamo-nos aos debates mais específicos da historiografia paraibana, que se mostram incisivos ao dizer que “nós, historiadores, estamos frente a um desafio de amplas proporções. Trata-se, em primeiro lugar, de lutar pela localização das fontes documentais que municiem novas pesquisas e pela preservação e conservação daquelas fontes de que já dispomos e, trata-se, de debruçarmo-nos sobre tais acervos, em busca de respostas a tantas questões relevantes suscitadas pela história da Paraíba.” (GONÇALVES, 2000, p.19)

Dessa maneira, o dilema que muitos historiadores têm quando se colocam diante da relação teoria-prática de pesquisa se dilui, pelo menos para nós, com as bases que a partir de agora se assentam para nutrir a prática historiográfica do alto sertão paraibano, municiados por subsídios importantíssimos para a investigação: a visibilidade das fontes, imprescindível para a redefinição de “problemas” e eleição de “temas” de pesquisa.

As motivações que concedem um lugar privilegiado a “teoria”, muitas delas advindas do *relativismo histórico*, poderiam ver abalada sua “ortodoxia”, ao se posicionarem num diálogo prévio, mas que entendemos ser estrategicamente necessário, com *os materiais da história*. Neste sentido, pensamos poder estabelecer a competantíssima operação de entrelaçamento entre os vários movimentos que todos podemos exercer com a pesquisa em história.

## MATERIAL E MÉTODOS

O que utilizamos e o que fizemos, como procedemos para responder ao nosso problema de pesquisa?

Trabalhamos fundamentalmente com fontes documentais escritas. A prioridade do nosso trabalho diante dos materiais eleitos para um ano de investigação resultou na promoção de abertura para os inventários existentes na cidade de Pombal, que podem ser encontrados no Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega.

Em seus textos encontramos informações acerca da quantidade e caracterização dos bens móveis e imóveis, das dívidas ativas e passivas do falecido, partilha dos bens inventariados entre os herdeiros, contas cartoriais, arrematação de bens, soma dos bens, bens separados para se pagarem as dívidas, bem como de diversos outros aspectos acerca de questões jurídicas, relações familiares e sociais, transações econômicas, partilhas de bens destinados ao pagamento de dívidas.

Os inventários dão abertura para uma investigação sobre o Setecentos no Sertão Paraibano, em virtude de fornecerem aspectos de economia e sociedade relacionados à vida dos indivíduos que viviam no Sertão Paraibano naquele recorte temporal. Por meio deles percebemos a posição social ocupada pelos indivíduos, as atividades econômicas desenvolvidas, a atuação jurídica dos oficiais envolvidos na elaboração dos documentos, os valores dos bens móveis e imóveis, bem como suas quantidades, o que nos permite visualizar as possibilidades materiais dos homens e mulheres em questão. A descrição dos bens nos permite observar que os aspectos ligados à cultura material apareciam com maior frequência no Alto Sertão Paraibano.

Os materiais técnicos utilizados foram: um notebook, um caderno para transcrições, uma pasta plástica, cd's com imagens escaneadas e uma lupa com braço articulador.

As ações que desenvolvemos para dar visibilidade a este trabalho foram as seguintes:

1) Mantivemos os primeiros contatos com os documentos, utilizando o material escaneado e gravado em Cd. Nosso tratamento primeiro foi o de dar início ao trabalho de leitura e transcrição dos documentos:

O processo de leitura e transcrição dos documentos é em muitos casos trabalhoso não em virtude obrigatoriamente da antiguidade da fonte, mas levando-se em consideração que a letra cursiva do século XVIII é acompanhada de regionalismos com as ornamentações diferenciadas de cada escrivão. Assim trabalhar com fontes que remontam ao período colonial constitui-se num verdadeiro desafio. Esta escrita está dotada de maior ou menor detalhamento de texto e das boas, razoáveis ou péssimas condições físicas dos materiais investigados. Em alguns momentos, como mostramos no documento da página anterior, os materiais investigados colocam a escrita à nossa frente quase que desaparecendo aos nossos olhos, devido à presença de fungos, escurecendo em demasia boa parte da página, como também a destituição dos traços escritos, deixando poucos vestígios da penada do escrivão. O desenrolar deste trabalho de transcrição efetiva-se com a "identificação" das minúsculas, maiúsculas e das abreviaturas. A morfologia da cursiva do Setecentos é desafiadora, principalmente em documentos não estão acompanhadas da arte de escrever bem, mais presente nos documentos expedidos pela Corte Portuguesa.

2) Realizada a transcrição procedemos ao preenchimento das "fichas técnicas".

Estas, por sua vez, são confeccionadas para acolher as informações que consideramos fundamentais acerca dos documentos investigados. Os campos que compõem o documento na ficha técnica captam informações sobre a temporalidade, a espacialidade (onde ocorreu o evento); a localização (onde se localiza o documento atualmente); (Livro; portfólio; gênero e natureza do documento, contendo informações de cabeçalho); o estado de conservação do documento; os atores envolvidos.

3) Sobre os procedimentos teóricos e metodológicos:

3.1) Identificados os testemunhos, exercemos um movimento dos "achados" ao "texto": nessa ação de pesquisar operamos com as possibilidades contemporâneas da razão histórica. Este primeiro movimento de pesquisa tem um cunho metodológico, teórico e epistemológico.

3.2) O segundo movimento que executamos deu-se do "texto" a "escritura". Aqui tentamos identificar as noções postas pelos atores sociais em seu espaço e tempo específicos, os aspectos de linguagem contidos na literatura da fonte, os sinais as trocas, as trocas ou os indícios de história aí contidos, e ainda buscamos descobrir o monumento contido no documento.

3.3) O terceiro movimento que exercemos vai da escritura ao conhecimento que poderemos ter sobre o testemunho, depois de processados os passos anteriores. Nesse momento, a pesquisa documental reaparece com uma nova base de erudição verificando alguns elementos ou seu quadro de contradição às novas relações com os textos e uma nova forma de conceber o conhecimento sobre o passado, possibilitando uma operação historiográfica, uma vez que estamos gerando um conhecimento sobre as fontes.

4) Por meio destes procedimentos também temos o propósito de estimular os pesquisadores e fazer descrições "densas" - pelas informações primeiras que lhe forneceremos pelo fato - valor contido no documento - revelando nos mesmos o "avesso do silêncio". Aqui tentamos suscitar a investigação a partir

da apresentação de pormenores e de aspectos outros que podem estimular a curiosidade de quem a investiga;

5) Tentamos promover a criação de “nexos” sobre os vários documentos localizados, objetivando sintonizar o pesquisador que está iniciando com a natureza diversa dos documentos, evitando a dispersão de seu esforço, propondo-lhe um meio de privilegiado de observação.

Para uma clara compreensão dos métodos e técnicas empregadas em nossa pesquisa visite nossa página eletrônica no *site* [www.ovessodosilencio.com](http://www.ovessodosilencio.com).

## DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Uma discussão que pode se estabelecer com os vários elementos postos pela documentação é o que diz respeito à presença constante do gado especialmente do gado *vacum*. Ele aparece freqüentemente no arrolamento de bens inventariados. Diríamos que a grande quantidade de gado percebida nos inventários revela aspectos importantíssimos acerca da atividade de criação de gado na temporalidade que estamos analisando.

No inventário de Domingos Pinto Bandeira, por exemplo, datado de 1736, foi ordenado pelo juiz ordinário, o coronel Marcos Fernandes da Costa que se procedesse à arrematação dos bens (do defunto) inventariados em seu inventário e no de sua mulher Eugênia dos Milagres. A finalidade da arrematação seria “pagar a dívidas do casal e dar o juro que tocar aos orphaoz”. É interessante notar que o inventário relata o fato de que a maior parte dos bens constituía-se de gados e bestas. Nesta feita o tenente Gaspar de Freitas Crasto da lance nas cabeças de gado *vacum*, arrematando cada uma pela quantia de 1\$400 (um mil e quatro centos réis). O episódio aconteceu no sítio das Araçás (atual região da cidade de São João do Rio do Peixe), na época, pertence à jurisdição da povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso capitania da Paraíba do Norte.

Da mesma forma, ao termos contato com o inventário de Ana Maria da Costa e Francisco Pereira de Sousa datado de 1778, encontramos referências ao gado *vacum*, no arrolamento dos bens. Por outro lado não encontramos dinheiro, ouro, prata, cobre, ferro, e estanho mas nos deparamos com o seguinte relato: “Declarou o inventariante possuir o seu casal cincoenta cabeças de gado *vacum* de toda sorte avaliada cada cabeça pelos avaliadores a mil e setecentoz Reiz...”

No que se refere às dívidas ativas deste mesmo casal encontramos o relato de que deviam ao sogro “hum pedasso de terra de criar gado no sítio de Ayrara[?] que emporta deiz mil Reiz...”

A partir destas informações podemos inferir que a criação de gado desempenhava um papel relevante na vida dos atores sociais presentes nos inventários.

André João Antonil (1989), escrevendo entre 1693 e 1709, já apontava para a relevância da atividade pecuarista no Brasil quando em “Cultura e Opulência do Brasil” trata acerca da abundância do gado e conseqüentemente do couro. O autor descreve a grande extensão de terras para pastos cheios de gado que há no Brasil, mostrando também que as fazendas e currais de gado deveriam estar localizadas onde existisse campo e água em abundância. No procedimento das partilhas do inventário de 1778 contactamos a presença de um herdeiro órfão os bens separados e destinados para o mesmo eram uns “pedassos de terra”, “vinte e cinco cabessas de gado *vacum*” e “três cabessas de gado cavalal”.

O historiador Capistrano de Abreu (1998) em seus “Capítulos de História Colonial” mostra como se tornava favorável a criação do gado *vacum* no sertão, visto que a atividade não necessitava ser desenvolvida na proximidade da praia; requeria um pequeno número de pessoas e fornecia alimentação constante para as áreas litorâneas. O autor mostra o papel desempenhado pelo couro na fabricação dos mais variados objetos utilizados pelos sertanejos, além disso, afirma que a criação de gado *vacum* favoreceu o descobrimento de minas em razão de proporcionar alimentação para o pessoal que para lá se deslocavam.

Por meio das informações contidas nos inventários é possível afirmar que os indivíduos do Alto Sertão Paraibano naquela temporalidade encontravam-se de alguma forma vinculados à criação de gado. Esta exercia um papel significativo em suas vidas.

No que diz respeito à escravidão ou a aspectos relacionados à mesma, visto que esta problemática apresenta-se nas palavras de Laura de Mello e Souza (2006) como elemento constitutivo da sociedade luso-americana do século XVIII (recorte temporal de nossa pesquisa) constatamos no inventário de 1736 no auto de arrematação de negro, a presença deste elemento. Podemos afirmar que havia a presença do elemento escravo negro no sertão do Piranhas, por este tempo.

O inventário descreve que a arrematação era de um “negro ou moleque” cujo nome era Manoel Ângelo pertencente a Domingos Pinto Bandeira. A finalidade da arrematação era a de “pagar o juro da quantia de ceis e hum quarto por cento”. Mais uma vez o lance é de Gaspar de Freitas Crasto, o tenente, que o arremata pela quantia de 116\$000 (cento e dezesseis mil reis). A quantia apresenta-se bastante significativa evidenciando o valor dado ao negro.

O termo moleque utilizado na designação do negro posto para arrematação indica que o indivíduo possuía baixa faixa etária. A presença do negro nos inventários faz lembrar a afirmação de Laura de Mello e Souza (2006) quando diz que o escravismo apresentava-se como um sistema complexo que articulava as relações sociais na formação histórica do século XVIII. Percebemos assim, através dos indícios contidos nos inventários, o elemento escravista presente nas relações dos indivíduos do Alto Sertão Paraibano.

Na vila de Pombal de Nossa Senhora do Bom Sucesso em 1778, ao serem arrolados os bens e dívidas de Ana Maria da Costa e Francisco Pereira de Sousa, encontramos o relato de que o casal devia ao sogro Domingos da Costa 40\$000 (quarenta mil réis). A quantia tinha sido prometida para a finalidade de se comprar uma “negrinha”, mais uma evidência do escravismo, articulando relações sociais dos indivíduos que viviam no sertão.

Estes aspectos apresentados pela documentação abrem um leque de possibilidades para a investigação. No caso da atividade de criação de gado pode-se perguntar pelo nível de inserção dos indivíduos do Alto Sertão Paraibano nesta atividade ou que significado a mesma desempenhava em suas vidas.

Em se tratando de elementos relacionados à escravidão é possível interrogar como se davam às relações de compra e venda de escravos no sertão do Piranhas. A própria arrematação do negro Manoel Ângelo aparece no inventário como uma forma de venda do escravo, neste caso com uma finalidade específica.

Os indícios presentes nos inventários nos permitem inferir que aqueles oficiais e magistrados, além de serem nobres da terra eram senhores de escravos, controlando ainda o acesso aos principais cargos públicos e sendo detentores de terras nas quais desenvolviam a criação de gado *vacum* e cavalariço. Neste empreendimento faziam a utilização da mão-de-obra escrava. Esta realidade torna-se evidente na medida em que observamos os aspectos apresentados no inventário do sargento-mor Luis Peixoto Viegas. Este indivíduo ocupava um cargo militar, possuía terras, além de ser aquele que apresentava o maior número de escravos, perfazendo um total de 11 escravos.

Vale à pena ressaltar que encontramos escravos alforriados nos inventários, como o pardo Thomaes, provavelmente filho do sargento mor Luis Peixoto Viegas e de uma negra de André Peixoto. Podemos arrolar ainda o escravo Lourenço, declarado forro no testamento. Acerca deste encontramos a informação de que ficava alforriado “pelo amor de Deos e pela companhia que fez ao defunto.” O caso do crioulo Dominginhos acena com a iniciativa que teria o alforriado de realizar quatro capelas de missa pela alma do sargento mor Luis Peixoto Viegas. O defunto declarava em seu testamento que os escravos que deixava com carta de forro teriam o tempo de três anos para pagar o resto do valor da alforria.

Considerando o quadro posto de uma sociedade estamental e corporativa, podemos afirmar que os nobres da terra, além de seu senhorio sobre “terras” e “escravos”, aspiravam a uma ascensão pela aquisição de títulos e privilégios, percorrendo a via disponível de aquisição de cargos no espaço público sertanejo em formação.

Essa sociedade em constituição apontava para a organização da experiência dos colonos em torno da apropriação de recursos naturais (terra, água); da adoção de um sistema de mercês; da presença de uma estrutura feudo-corporativa do benefício; da geração de renda numa região sertaneja; das serventias geradas entre os moradores e o capital político daí gerado; dos acordos em torno dos arrendamentos de terras etc.

A nobreza da terra aí existente, proveniente dos conquistadores da primeira metade do século XVII, umbilicalmente ligada aos primeiros quinhentistas das Capitanias da Paraíba e de Pernambuco, ocupou esta região beneficiando-se do sistema de mercês, por meio da consecução de sesmarias, almejando os sonhados privilégios já existentes em outras Capitanias e lugares do Império Ultramarino Português.

Dessa maneira o espaço-sertão da Capitania da Paraíba do Norte assiste ao enraizamento da experiência de colonização por meio do estabelecimento de fazendas com o extensivo criatório de gado.

Dialogar com essas fontes suscitam, dessa forma, múltiplas problemáticas de pesquisa, variadas problemáticas de investigação.

Ao notarmos a presença de atores sociais como o juiz de órfãos; o capitão mor Francisco de Arruda Câmara, o escrivão Antonio da Silva Tavares Coutinho, o Juiz ordinário e coronel Marcos Fernandes da Costa, além de avaliadores responsáveis pela avaliação dos bens inventariados (a exemplo de Francisco da Costa Barbosa e Manuel Carneiro de Mello), percebemos uma possibilidade de se pensar nos aspectos jurídicos e administrativos da época.

Nota-se uma gama de oficiais e testemunhas envolvidas que conferiam a “legalidade” na elaboração do documento. Além disso, os serviços jurídicos e administrativos evidentes na atuação dos oficiais revelam as pessoas que ocupavam as posições mais elevadas na sociedade. Provavelmente esses homens constituíam uma elite, e esta tinha o domínio sobre os cargos mais importantes da burocracia jurídica e administrativa. Percebemos que alguns indivíduos ocupavam, em alguns casos, mais de uma função, como é o caso de Francisco de Arruda Câmara e Marcos Fernandes da Costa.

Nesse mesmo tempo, no outro lado do Atlântico, em Portugal, diversas situações promoveram uma longa sobrevivência da concepção corporativa do poder.

Este modelo fincava suas raízes no medievalismo – modelo corporativo -, e concebia a sociedade como um “corpo”. Nele admitia-se a existência de uma ordem universal, e cada parte que formava o corpo cooperava de forma diferenciada rumo a uma finalidade. O poder poderia ser repartido, no entanto cada membro do corpo social tinha o dever de assumir funções que levassem à harmonia de todos os seus membros. Dessa forma, desde o século XVI, é possível perceber grandes zonas de atuação dos agentes da Coroa que podem ser nomeados de a “Justiça” a “Fazenda” a “Milícia”.

Mediante as informações contidas nos inventários podemos ter um vislumbre de como se dava o funcionamento da concepção corporativa do poder no Alto Sertão Paraibano, no período colonial, visto que a Coroa portuguesa procurou ter o controle político e administrativo do além-Atlântico principalmente nos setores da justiça e da fazenda. Na estrutura periférica de domínio no Ultramar as unidades básicas eram os Conselhos e as Comarcas. No que se refere à área da justiça na periferia, as funções eram desempenhadas pelos Juízes de Fora, e nas terras onde estes não existissem a Justiça era aplicada pelos Juízes Ordinários.

Nos inventários analisados até aqui não aparecem dados significativos que nos permitam estabelecer uma relação com a produção açucareira. O açúcar de conformidade com Regina Célia Gonçalves (2007) constituía-se como um dos principais elementos da história paraibana. A autora mostra que foi objetivando a expansão da agromanufatura açucareira instalada em Pernambuco que se deu a ocupação do território paraibano. Podemos estabelecer também uma discussão em torno da propriedade de terras e da forma de sua utilização.

Dessa maneira, esses materiais (inventários) tornam-se potencialmente apreciáveis em virtude de apresentarem dados importantíssimos para o trabalho do pesquisador a exemplo das descrições dos bens móveis e imóveis, dívidas ativas e passivas de falecidos, além de fornecerem um vislumbre acerca dos aspectos relacionados ao universo familiar. Soma-se a isso, uma visão sobre as transações econômicas que revelam as possibilidades materiais daqueles homens e mulheres do Setecentos no recôndito sertão da Capitania da Parahyba do Norte. Os inventários nos permitem também perceber uma variedade de indivíduos, como credores, devedores, juizes, escrivães, oficiais de justiça, herdeiros, testemunhas, o que nos leva, por exemplo, a interrogar as relações que se davam nos âmbitos sociais e familiares da época.

Fica nítido o potencial e relevância dos inventários em razão de fornecerem uma multiplicidade de informações para o trabalho do historiador.

Dessas fontes emergem, portanto, temas para a “história econômica” e para a “história social”, pois a partir das informações obtidas por meio deles poderemos estabelecer questões relacionadas às circunstâncias econômicas daquele tempo, além de fornecerem problemas para uma “história administrativa” uma vez que são postos elementos que nos levam a perguntar pelos aspectos da burocracia jurídica e da vida administrativa.

## AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pela bolsa de Iniciação Científica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Capistrano. **Capítulos de História Colonial e os Caminhos do Povoamento do Brasil**. 2ª ed. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes**, formação do Brasil no atlântico sul. SP : Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. 3ª ed., João Pessoa : Editora Universitária/UFPB, Conselho Estadual de Cultura, Vol. II, 1997, p. 24. ).
- ANTONIL, João Andreoni. **Cultura e Opulência do Brasil**. Lisboa : Alfa, 1989.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 9ª ed. São Paulo : Globo, 1991, Vol. 1.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 8ª ed. São Paulo : Globo, 1989, Vol. 2.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro et. al. (Orgs.) **Conquistadores e negociantes**: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2007.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001.
- GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares**: Política e economia na capitania da Parayba, 1585-1630. Bauru, SP. Edusc, 2007.
- MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal**: o Antigo Regime (1620-1807). Lisboa : Editorial Presença. s.d. Vol IV.
- NOVAIS, Fernando A. (Dir.). **História da Vida Privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. SP : Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Elza Regis de. **A Paraíba na Crise do Século XVIII**: subordinação e autonomia (1755-1799). Fortaleza: BNB/ETENE, 1985. 176p. (Documentos do Nordeste, 6).

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977. V. 1, ( Documentos paraibanos, 3). Reprodução da edição de 1908 com estudo introdutório do prof. José Pedro Nicodemos.

SAMARA, Eni de Mesquita et.al.. **Paleografia e fontes do período colonial**. SP: Humanitas/ FFLCH / USP, 1986.

SEIXAS, Wilson. **O velho arraial de Piranhas (Pombal)**. 2. ed. rev. ampl. João Pessoa : Grafset, 2004.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e Sombra**: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo. Companhia das Letras, 2006.

TAVARES, João de Lira. **Apontamentos para a história territorial da Paraíba**. 1982. CCXLV, (Mossoroense).